

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial - Centro de Referência do Idoso Zona Norte - CRI Norte - Associação Congregação de Santa Catarina

Associação Congregação de Santa Catarina

Centro de Referência do Idoso da Zona Norte - CRI Norte

CNPJ nº 60.922.168/0028-04

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)				Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)																																																																																																		
Ativo	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018																																																																																															
Circulante				Circulante																																																																																																		
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.220	1.829	Fornecedores		203	242																																																																																															
Estoques		122	169	Obrigações trabalhistas	6	1.196	1.208																																																																																															
Créditos diversos		50	113	Obrigações tributárias		145	142																																																																																															
Total ativo circulante		1.392	2.111	Outras contas a pagar		174	155																																																																																															
Não circulante				Total do passivo circulante		1.718	1.747																																																																																															
Depósitos judiciais		16	16	Não circulante																																																																																																		
Imobilizado	5	3.654	4.015	Provisão para ações trabalhistas	7	188	457																																																																																															
Intangível	5	3	14	Bens públicos em nosso poder	8	3.657	4.029																																																																																															
		3.657	4.029	Total do passivo não circulante		3.845	4.486																																																																																															
Total do ativo não circulante		3.673	4.045	Total do passivo		5.563	6.233																																																																																															
Total do ativo		5.065	6.156	Patrimônio social																																																																																																		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				Patrimônio social	9	(498)	(77)																																																																																															
		5.065	6.156	Total do patrimônio social		(498)	(77)																																																																																															
		5.065	6.156	Total do ativo e patrimônio social		5.065	6.156																																																																																															
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.																																																																																																						
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)																																																																																																						
		Patrimônio social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total do patrimônio líquido																																																																																																		
Saldo em 1º de janeiro de 2018		773	(1.171)	(398)																																																																																																		
Absorção do déficit do exercício		(1.171)	1.171	-																																																																																																		
Superávit do exercício		-	321	321																																																																																																		
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(398)	321	(77)																																																																																																		
Absorção do superávit do exercício		321	(321)	-																																																																																																		
Deficit do exercício		-	(421)	(421)																																																																																																		
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(77)	(421)	(498)																																																																																																		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.																																																																																																						
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)																																																																																																						
<p>1. Contexto operacional: A Associação Congregação de Santa Catarina – "ACSC", qualificada como Organização Social de Saúde, por meio do Contrato de Gestão e Operacionalização, denominado "Contrato de Gestão", firmado com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo em 21 de janeiro de 2005, assumiu a operacionalização do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte ("Entidade"), visando desenvolver o programa de modernização de gestão de saúde no âmbito de atendimento ambulatorial no Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 4 de junho de 1998. A Entidade é localizada na Zona Norte de São Paulo, atuando na prestação de serviços para a população idosa, sendo um modelo ambulatorial de assistência especializada. O referido contrato fixa as verbas orçamentárias a serem repassadas à Associação Congregação de Santa Catarina para o custeio das operações do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte. Em 21 de janeiro de 2015 foi firmado um novo Contrato de Gestão que estabeleceu o prazo de 5 anos de duração. Em 2019, a ACSC participou e sagrou-se vencedora do certame de Convocação Pública instituído pela Resolução (SS 68), de 02/08/2019, com vistas a celebração de um novo Contrato de Gestão pelo prazo de 5 anos, com vigência até 31 de dezembro de 2025. O referido contrato foi firmado em 1º de janeiro de 2020, configurando, portanto, um evento subsequente às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e que não afeta os saldos daquelas demonstrações. A Entidade, por meio do Contrato de Gestão, contribui para o atingimento dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto 7.237/2010, e alterada pela Lei nº 12.868/2013, regulamentada pelo Decreto 8.242/2014, chamada "Lei da Filantropia", operacionalizada pela Associação Congregação de Santa Catarina. Planejamento da Administração: A Entidade apresentou no exercício de 2019 um déficit de R\$ 421 mil, fechando com o patrimônio social negativo de R\$ 498 mil. O orçamento para cobertura das atividades contratuais para o exercício de 2020 já está aprovado pela administração junto com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, com repasse de verbas para custeio total no valor de R\$ 17.311. A Entidade entende que o valor definido é suficiente para manutenção das atividades e geração de recursos para gradual regularização de suas obrigações financeiras, que, se necessário, serão suportadas pela Associação Congregação de Santa Catarina, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis também foram elaboradas de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria Financeira em 07 de fevereiro de 2020. b. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis foram preparadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e foram arredondadas para milhar, exceto quando indicado de outra forma. d. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota explicativa nº 7 - Provisão para ações trabalhistas. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. (ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem créditos diversos. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para</p>				<p>fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe deram origem. (iii) Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. b. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. (ii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th>Anos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Veículos</td> <td>5 anos</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de processamento de dados</td> <td>5 anos</td> </tr> <tr> <td>Instalações</td> <td>10 anos</td> </tr> <tr> <td>Aparelhos, medicina e cirurgia.</td> <td>10 anos</td> </tr> <tr> <td>Instrumentos de cirurgia</td> <td>10 anos</td> </tr> <tr> <td>Móveis e máquinas</td> <td>10 anos</td> </tr> <tr> <td>Instrumentos sonoros</td> <td>10 anos</td> </tr> <tr> <td>Benefiteiros</td> <td>25 anos</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Ativos intangíveis: (i) Reconhecimento, mensuração e amortização: O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% ao ano. e. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade da estimativa de perda. f. Arrendamentos: Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a NBC TG 06 (CPC 06 (R2) / IFRS 16) – Operações de arrendamento objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade. Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados: • A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Entidade; • A Entidade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período contratual; • A Entidade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato. De acordo com a norma IFRS 16 / CPC 06 (R2), todos os arrendamentos devem ser apresentados nos balanços patrimoniais através do reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente ao valor presente dos pagamentos a serem efetuados durante o prazo razoavelmente certo dos contratos. A Entidade, através de estudos, não encontrou nenhum ativo a ser reconhecido como direito de uso de acordo com a nova regra. g. Provisão, passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. h. Demais ativos circulantes e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos</p>				Anos	Veículos	5 anos	Equipamentos de processamento de dados	5 anos	Instalações	10 anos	Aparelhos, medicina e cirurgia.	10 anos	Instrumentos de cirurgia	10 anos	Móveis e máquinas	10 anos	Instrumentos sonoros	10 anos	Benefiteiros	25 anos																																																																														
Anos																																																																																																						
Veículos	5 anos																																																																																																					
Equipamentos de processamento de dados	5 anos																																																																																																					
Instalações	10 anos																																																																																																					
Aparelhos, medicina e cirurgia.	10 anos																																																																																																					
Instrumentos de cirurgia	10 anos																																																																																																					
Móveis e máquinas	10 anos																																																																																																					
Instrumentos sonoros	10 anos																																																																																																					
Benefiteiros	25 anos																																																																																																					
<p>5. Imobilizado e intangível</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Instalações de medicina e cirurgia</th> <th>Instrumentos de cirurgia</th> <th>Equipamentos de processamento de dados</th> <th>Instrumentos sonoros</th> <th>Benefícios</th> <th>Direito de uso de software</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 1º de janeiro de 2018</td> <td>338</td> <td>1.274</td> <td>20</td> <td>1.817</td> <td>49</td> <td>912</td> <td>828.10.296</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td>-</td> <td>7</td> <td>4</td> <td>10</td> <td>-</td> <td>23</td> <td>45</td> </tr> <tr> <td>Reclassificações/transfer.entre contas(+/-)</td> <td>(3)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>3</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Doações</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>23</td> <td>-</td> <td>31</td> <td>55</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2018</td> <td>335</td> <td>1.281</td> <td>24</td> <td>1.853</td> <td>49</td> <td>966</td> <td>828.10.397</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td>-</td> <td>1</td> <td>-</td> <td>57</td> <td>-</td> <td>10</td> <td>68</td> </tr> <tr> <td>Doações recebidas</td> <td>-</td> <td>5</td> <td>-</td> <td>9</td> <td>-</td> <td>25</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td>-</td> <td>(264)</td> <td>(14)</td> <td>(46)</td> <td>-</td> <td>(113)</td> <td>(438)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2019</td> <td>335</td> <td>1.023</td> <td>10</td> <td>1.873</td> <td>49</td> <td>888</td> <td>828.10.065</td> </tr> </tbody> </table>					Instalações de medicina e cirurgia	Instrumentos de cirurgia	Equipamentos de processamento de dados	Instrumentos sonoros	Benefícios	Direito de uso de software	Total	Saldo em 1º de janeiro de 2018	338	1.274	20	1.817	49	912	828.10.296	Adições	-	7	4	10	-	23	45	Reclassificações/transfer.entre contas(+/-)	(3)	-	-	3	-	-	-	Doações	-	-	-	23	-	31	55	Saldo em 31 de dezembro de 2018	335	1.281	24	1.853	49	966	828.10.397	Adições	-	1	-	57	-	10	68	Doações recebidas	-	5	-	9	-	25	40	Baixas	-	(264)	(14)	(46)	-	(113)	(438)	Saldo em 31 de dezembro de 2019	335	1.023	10	1.873	49	888	828.10.065	<p>correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços. i. Patrimônio líquido: Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. j. Receitas - Contrato de Gestão: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o Princípio Contábil de Competência. A receita de prestações de serviços é gerada com base no Contrato de Gestão firmado com a Secretaria da Saúde do Estado São Paulo, em que a Associação Congregação de Santa Catarina assumiu a gestão e operacionalização do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte. k. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias. l. Apuração do resultado: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o Princípio Contábil de Competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. m. Receitas com trabalhos voluntários: As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecido o valor de R\$ 48 (R\$ 43 em 2018), referentes a trabalhos voluntários. n. Gerenciamento de risco financeiro: A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado. A Entidade apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 15. Estrutura do gerenciamento de risco: As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. 4. Caixa e equivalentes de caixa</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa fundo fixo</td> <td>2</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Banco conta movimento</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>1.218</td> <td>1.827</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1.220</td> <td>1.829</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, em razão desta gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O rendimento médio aproximado em 2019 foi de 5,96% a.a. (6,42% a.a. em 2018).</p>					2019	2018	Caixa fundo fixo	2	2	Banco conta movimento	-	-	Aplicações financeiras	1.218	1.827		1.220	1.829
	Instalações de medicina e cirurgia	Instrumentos de cirurgia	Equipamentos de processamento de dados	Instrumentos sonoros	Benefícios	Direito de uso de software	Total																																																																																															
Saldo em 1º de janeiro de 2018	338	1.274	20	1.817	49	912	828.10.296																																																																																															
Adições	-	7	4	10	-	23	45																																																																																															
Reclassificações/transfer.entre contas(+/-)	(3)	-	-	3	-	-	-																																																																																															
Doações	-	-	-	23	-	31	55																																																																																															
Saldo em 31 de dezembro de 2018	335	1.281	24	1.853	49	966	828.10.397																																																																																															
Adições	-	1	-	57	-	10	68																																																																																															
Doações recebidas	-	5	-	9	-	25	40																																																																																															
Baixas	-	(264)	(14)	(46)	-	(113)	(438)																																																																																															
Saldo em 31 de dezembro de 2019	335	1.023	10	1.873	49	888	828.10.065																																																																																															
	2019	2018																																																																																																				
Caixa fundo fixo	2	2																																																																																																				
Banco conta movimento	-	-																																																																																																				
Aplicações financeiras	1.218	1.827																																																																																																				
	1.220	1.829																																																																																																				

> continuação

Depreciação e amortização

Saldo em 1º de janeiro de 2018	(232)	(1.060)	(7)	(1.403)	(49)	(784)	(11)	(1.525)	(802)	(5.873)
Depreciação e amortização no período	(28)	(49)	(2)	(139)	-	(60)	(2)	(202)	(12)	(493)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(260)	(1.109)	(9)	(1.542)	(49)	(844)	(13)	(1.727)	(814)	(6.365)
Depreciação e amortização	(25)	(47)	(2)	(134)	-	(43)	(2)	(202)	(11)	(464)
Baixas	-	260	7	43	-	111	-	-	-	421
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(284)	(895)	(4)	(1.633)	(49)	(776)	(15)	(1.929)	(825)	(6.409)
Valor contábil										
Em 31 de dezembro de 2018	75	173	15	311	-	122	5	3.314	14	4.029
Em 31 de dezembro de 2019	50	128	6	241	-	113	3	3.113	3	3.657

6. Obrigações trabalhistas

Ordenados a pagar	373	406
Provisão para férias e encargos sociais	705	689
Encargos e contribuições sociais	118	113
Total	1.196	1.208

7. Provisão para ações trabalhistas: A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e civil. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para as perdas em processos avaliadas como prováveis.

Provisões para ações trabalhistas	188	457
-----------------------------------	-----	-----

Saldo inicial	Estornos/ Reversão	Saldo final
01/01/2019	Adições	31/12/2019
Trabalhistas	457	188
	153	(422)

Riscos avaliados como perdas possíveis: Os valores das contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade representa o montante de R\$ 258 em 2019 (R\$ 36 em 2018) e para contingências de natureza civil os riscos estão estimados como perda possível o montante de R\$ 684 mil em 2019. Os processos classificados como perda possível não estão provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **8. Bens públicos em nosso poder:** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", passivo não circulante, com saldo de R\$ 3.657 mil em 2019 (R\$ 4.029 mil em 2018), refere-se aos valores recebidos da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado e intangível, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do contrato de gestão. O valor desses ativos está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado e do intangível de Contrato de Gestão, registrado no ativo não circulante.

9. Patrimônio social: O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelo superavit e/ou deficits acumulados. **10. Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades. **11. Receitas de Contrato de Gestão - Estadual**

Contrato de Gestão - Estadual (a)	17.528	17.956
Depreciação de "Bens públicos em nosso poder" (b)	464	493
Repasse destinado a imobilizado - Estadual	(68)	(44)
Total	17.924	18.405

(a) Em 21 de janeiro de 2015, a Entidade celebrou um Contrato de Gestão e Operacionalização de serviço com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, para administrar a gestão de saúde no âmbito do Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 4 de junho de 1998. Este contrato estabelece o prazo de vigência determinado. A legisla-

ção estadual regulamentou a parceria com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de firmar Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), visando ao gerenciamento de hospitais e equipamentos públicos de saúde. A Lei determinou ainda que os hospitais gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do SUS. A remuneração dos Contratos de Gestão e Operacionalização é definido de acordo com suas características de atendimento, um orçamento de custeio pré-fixado, com base em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do hospital e em indicadores de organização do serviço. (b) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1409/12 (ITG2002 (R1)), em cumprimento ao contrato de gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do contrato de gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais. A reversão da rubrica passiva "Bens públicos em nosso poder" é feita em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

12. Custos e despesas operacionais - Pessoal e encargos

Salários e ordenados	(5.575)	(5.422)
Benefícios a funcionários	(1.840)	(1.567)
Férias, 13º salário e encargos sociais	(1.133)	(1.043)
Encargos sociais	(664)	(647)
Verbas indenizatórias	(178)	(200)
Total	(9.390)	(8.879)

13. Custos e despesas operacionais - Serviços profissionais

Repasse de honorários médicos (a)	(4.690)	(4.504)
Serviços técnicos contratados (b)	(3.226)	(3.200)
Total	(7.916)	(7.704)

(a) Valores relativos aos atendimentos apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento; (b) Os montantes são relacionados aos prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços. **14. Tributos e contribuições (renúncia fiscal):** Em atendimento ao item 27 letra "c" da ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superavit do exercício (IRPJ e CSSL 34%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, inclusive a escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. **isenção previdenciária usufruída:** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. A Entidade, a título de divulgação, vem evidenciando

suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212/91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à isenção usufruída - INSS. As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. **15. Instrumentos financeiros:** A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo:** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos. **CPC 48 - Instrumentos financeiros / NB TG 48 (IFRS 9 Financial Instruments):** O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Entidade concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma e a aplicação do CPC 48 aonde não resultou em um índice de perda implícita em 31 de dezembro de 2019 e 2018. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundo de renda fixa. **16. Seguros (Não auditado):** A Associação Congregação de Santa Catarina mantém apólices de seguro junto às principais seguradoras do país, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com cobertura contra danos materiais, veicular e lucros cessantes, levando em conta a natureza e o grau de riscos envolvidos. **17. Eventos subsequentes:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 e de acordo com a publicação em 03 de janeiro de 2020, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Executivo - seção I - folhas nº 56 a 58, em 1º de janeiro de 2020 foi renovado o Contrato de Gestão pelo prazo de 5 anos com vigência até 31 de dezembro de 2025.

Associação Congregação de Santa Catarina Centro de Referência do Idoso da Zona Norte - CRI Zona Norte - OSS

CNPJ nº 60.922.168/0028-04

Relatórios de Atividades Assistenciais Ano 2019

Janeiro a Junho - 1º Semestre

Atividade Ambulatorial			
Descrição	Total Contratado	Total Realizado	% Variação
Consultas			